

**LISTA DE VERIFICAÇÃO - CONTRATAÇÃO DE OBRAS¹ - REGIME
DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES (RDC)
(Medida Provisória n.º 961, de 6 de maio de 2020)**

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DE OBRAS PELO RDC ELETRÔNICO (MPV n.º 961/2020)	ESTADO S/N / N.A.	FLS. DO PROCESSO
1. Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente?	S	Fl. 02
2. O objeto a ser licitado foi enquadrado como obra, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993?	S	Consta no item 1.2 do Projeto Básico. Fl. 64
3. Constam dos autos documentos que comprovam a titularidade e regularidade do imóvel em que será executada a obra licitada?	S	Consta nos autos a certidão de registro de imóvel. Fl. 09
4. Há manifestação sobre o alinhamento do objeto da contratação ao Planejamento Estratégico do órgão ou entidade, quando houver? (Art. 7º, IX da IN SEGES/ME nº 40/2020 e Decreto n.º 9.203/2017)	S	Consta no item 1 da formalização da demanda. Fl. 01
5. O objeto requisitado está contemplado no Plano Anual de Contratações, de acordo com a IN SEGES nº 1/2019?	S	Fl. 08
6. Foram juntados estudos técnicos preliminares ao projeto básico (art. 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 12.462/2011), incluindo:	S	Consta no Anexo I (ETP) do Projeto Básico. Fls. 03-05
6.1 Programa de necessidades; Obs.1: Os estudos técnicos preliminares devem definir a necessidade a ser satisfeita pela obra e considerar se as características dessa obra são compatíveis com as normas municipais do local onde se pretende executá-la. (TCU, Obras Públicas. 4.ed. Brasília: TCU, 2014, p.11)	S	Consta no item 1 do ETP. Fl. 03
6.2 Estudos de viabilidade técnica, demonstrando que a solução a ser empregada é possível e é a melhor entre as alternativas disponíveis (TCU, Plenário, Acórdão nº 2.411/2010 e Acórdão nº 1.947/2007);	S	Constam nos itens 3 e 4 do ETP. Fls. 03-04
6.3 Estudos de viabilidade financeira e econômica,		

¹ Definição de obras do inciso I do art. 6º da Lei 8666/93:

“Art. 6º-Para os fins desta Lei, considera-se: (...) I - Obra - toda construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta;”

O enquadramento do objeto como espécie de obra incumbe ao setor técnico competente da Administração, conforme Orientação Normativa nº 54, da Advocacia-Geral da União: “Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.”

<p>demonstrando que haverá recursos suficientes para a conclusão da obra e que a opção pela solução a ser utilizada levou em consideração, inclusive, os custos de operação, manutenção e durabilidade (TCU, Plenário, Acórdão nº 2.411/2010 e Acórdão nº 1.947/2007);</p>	<p>S</p>	<p>Fls. 107-110</p>
<p>6.4 Estudos técnicos de avaliação de impacto ambiental (TCU, Plenário, Acórdão nº 2.411/2010; Portaria Interministerial nº 419/2011, dos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde; Lei nº 10.257/2001, art. 36).</p> <p>Obs.2: Segundo o item 2.2 do Manual de obras e serviços de engenharia da AGU, “Os estudos técnicos preliminares são todos os atos preparatórios que antecedem a elaboração do projeto básico. São compostos de relatórios, pareceres técnicos, laudos, análises, ensaios, investigações e demais avaliações que justifiquem a necessidade do empreendimento, assegurem sua viabilidade técnica, especifiquem os objetivos a serem alcançados e indiquem o modo de tratamento do impacto ambiental, quando houver. É por meio deles que se conclui, também, pela dispensa de licitação ou pela inviabilidade de competição para fins de inexigibilidade, ou, ainda, pela necessidade de adoção do tipo de licitação técnica ou técnica e preço, bem como se define se o serviço será ou não comum para a utilização da modalidade pregão, dentre outros aspectos”.</p> <p>Obs.3: Sobre o assunto, sugere-se conferir as orientações constantes dos seguintes documentos: Brasil. Tribunal de Contas da União. Obras públicas: recomendações básicas para a contratação e fiscalização de obras de edificações públicas /Tribunal de Contas da União. – 4. ed. Brasília: TCU, 2014, p. 11-12; Brasil. Advocacia-Geral da União (AGU). Consultoria-Geral da União. Manual de obras e serviços de engenharia: fundamentos da licitação e contratação / Manoel Paz e Silva Filho. Brasília: AGU, 2014, p. 20)</p>	<p>S</p>	<p>Consta no item 14 do ETP. Fl. 14</p>
<p>7. Os Estudos Técnicos Preliminares, além dos itens acima, contemplam os requisitos previstos no art. 7º da IN SEGES/ME nº 40/2020?</p>	<p>S</p>	<p>Constam no ETP todos itens referidos no art. 7º da referida IN. Fls. 03-05</p>
<p>8. No caso de Empreitada por preço global ou Empreitada Integral, foi elaborada e trazida aos autos a</p>		

Matriz de Riscos? (Acórdão TCU 1977/2013-Plenário, Acórdão TCU nº 1441/2015 – Plenário)	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
9. Consta o Projeto Básico para a contratação de obras? (art. 2º, inciso IV, da Lei n.º 12.462/2011, e art. 4º, inciso VIII, do Decreto n.º 7.581/2011)	S	Fls. 64-96
9.1 Foi utilizado o modelo de minuta padronizada de Projeto Básico da Advocacia-Geral da União?	S	Foi utilizado o Modelo de Projeto Básico – Obra Regime Diferenciado de Contratações (RDC) Atualização: Outubro/2020.
9.2 Foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações ou a não utilização do modelo de Projeto Básico da AGU?	S	Certificação Processual. Fl. 97
9.3 Foi certificado que o Projeto Básico contempla os elementos do parágrafo único do art. 2º da Lei n.º 12462/11 e que não frustra o caráter competitivo do procedimento licitatório?	S	Constam nos Anexos II e III do Projeto Básico. Fls. 17-32
9.4 Foi certificado que o Projeto Básico atende ao disposto na Resolução CONFEA nº 361, de 10 de dezembro de 1991, e na Decisão Normativa CONFEA nº 106, de 17 de abril de 2015?	S	Foi utilizado o Modelo de Projeto Básico – Obra Regime Diferenciado de Contratações (RDC) Atualização: Outubro/2020.
9.5 Consta a aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente? (art. 8º, §5º, da Lei 12.462/2011)	S	Fl. 96
10. Consta dos autos a definição clara e precisa do objeto da licitação, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias? (art. 5º, da Lei n.º 12.462/2011, art. 4º, inciso II, alínea “a”, do Decreto n.º 7.581/2011 e Súmula 177 do TCU)	S	O objeto está definido no item 1.1 e no Anexo II do Projeto Básico. Fls. 64 e 10.v
11. Consta dos autos a justificativa da contratação e da adoção do RDC? (art. 4º, inciso I, do Decreto n.º 7581/2011)	S	Análise administrativa e institucional. Fls. 100-102
12. Foi certificada a observância da diretriz de padronização do objeto da contratação relativamente às especificações técnicas e de desempenho e, quando for o caso, às condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas? (art. 4º, inciso I, da Lei 12462/11)	S	Anexo II (Memorial descritivo e especificações técnicas) do Projeto Básico. Fls. 10-16
13. Consta dos autos justificativa técnica, com a devida aprovação da autoridade competente, para a		

previsão, se for o caso, de realização da fase de habilitação anteriormente à disputa de lances ou propostas (inversão de fases)? (art. 4º, inciso III, c/c art. 14, parágrafo único, do Decreto n.º 7.581/2011)	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
13.1 Adotada a inversão de fases, houve o ajuste do procedimento no Edital?	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
14. Foi definido o regime de execução do objeto, conforme conceituação constante do art. 2º, incisos I a III, da Lei nº 12.462/2011?	S	Consta no item 1.5 do Projeto Básico. Fl. 64
14.1 Consta justificativa da escolha do regime de execução? Caso adotado o regime de execução de empreitada por preço unitário, houve justificativa da inviabilidade de adoção dos regimes preferenciais de empreitada por preço global e empreitada integral? (art. 8º, §1º e §2º, da Lei n.º 12462/11)	S	Fl. 215
14.2 Tratando-se de objeto que comporta mais de um regime de execução, está claro no Projeto Básico quais partes do objeto estão sujeitas a cada regime? Obs.1: essa hipótese ocorre, por exemplo, nos casos em que parte do objeto é medido e pago sob demanda, sujeitando-se ao regime de execução de empreitada por preço unitário, e parte é sujeito ao regime de empreitada por preço global.	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
15. Consta justificativa acerca da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em lotes ou parcelas, para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, esclarecendo se a medida é técnica e economicamente viável, sem perda de economia de escala? (art. 4º, inciso IX, do Decreto n.º 7.581/2011)	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
16. Consta do Projeto Básico o orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados (art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 12.462/2011)?	S	Consta no Anexo III (Planilha orçamentária sintética) do Projeto Básico. Fls. 17-32
16.1 Houve a especificação das composições dos custos unitários previstos no Projeto Básico para obtenção do custo global da obra? (art. 42, caput, do Decreto n.º 7.581/2011)	S	Consta no Anexo III (Planilha orçamentária sintética) do Projeto Básico. Fls. 17-32
16.2 Consta dos autos manifestação formal do setor competente contendo a análise e as justificativas acerca da metodologia de obtenção dos custos global e unitários de	S	Consta no Anexo III (Planilha orçamentária sintética) do Projeto Básico.

referência da licitação?		Fls. 17-32
16.3 O custo global da obra foi obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), no caso de construção civil em geral, ou na tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias (Sicro), no caso de obras e serviços rodoviários? (art. 8º, § 3º, da Lei nº 12.462, de 2011)	S	Consta no Anexo III (Planilha orçamentária sintética) do Projeto Básico. Fls. 17-32
16.4 Caso a estimativa de custo global da obra tenha sido apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal, em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou por meio de pesquisa de mercado, consta dos autos a justificativa de inviabilidade de utilização preferencial do Sinapi ou Sicro? (art. 8º, § 4º, da Lei nº 12.462, de 2011)	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
16.5 Houve a especificação dos percentuais de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais – ES? (art. 42, § 6º, do Decreto n.º 7.581/2011) Obs.1: Recomenda-se a consulta ao Acórdão TCU nº 2.622/2013-Plenário para obtenção de percentuais de referência para o BDI.	S	Consta no Anexo IV (Planilha de composição de BDI) do Projeto Básico. Fl. 33
16.6 Houve a especificação de BDI diferenciado e reduzido para itens de fornecimento de materiais e equipamentos de natureza específica, que possam ser fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representem percentual significativo do preço global da obra, se for o caso? (Súmula TCU n.º 253).	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
17. Foram definidos critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global? (art. 42, § 1º a § 4º, do Decreto n.º 7.581/2011, Orientação Normativa AGU Nº 5/2009, Súmula TCU n.º 258)	S	Consta no item 16.4 do Projeto Básico. Fl. 94
18. Os documentos técnicos foram elaborados por profissional da área de engenharia ou arquitetura competente, devidamente identificado? (arts. 1º e 2º da Lei 6.496/1977, art. 45 da Lei 12.378/2010 e Súmula/TCU nº 260)	S	Consta no Anexo VII (Documentos referentes à responsabilidade técnica) do Projeto Básico.

		Fls. 59-63
19. Houve juntada de ART ou RRT relativa aos elementos e/ou peças técnicas de arquitetura e/ou engenharia que instruem os autos? (arts. 1º e 2º da Lei 6.496/1977, art. 45 da Lei n.º 12378/2010 e Súmula TCU nº 260)	S	Consta no Anexo VII (Documentos referentes à responsabilidade técnica) do Projeto Básico. Fls. 59-63
20. Foram obtidas as aprovações e os licenciamentos pertinentes junto às autoridades competentes? Obs 1: Quanto ao licenciamento ambiental, cf. Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 e nº 237/1997, e Lei nº 6.938/1981. Tratando-se de atividade prevista no Anexo I da Resolução CONAMA nº 237/1997, pode ser necessário o licenciamento prévio. Obs 2: Deve ser aprovado pela autoridade competente o projeto de extensão de rede, reforço ou modificação da rede existente, se for o caso. (Resolução Normativa ANEEL n. 414/2010, art. 414). Obs. 3. Não se pode perder de vista, por exemplo, que alguns serviços exigem apresentação de projeto e obtenção de alvará junto ao órgão municipal. Obs. 4. Conforme a natureza da obra podem ser exigidas aprovações do projeto junto ao Corpo de Bombeiros, IPHAN, concessionárias de água, entre outros, competindo ao órgão verificar quais seriam as autorizações pertinentes (Acórdão nº 312/2006 – 2ª Câmara e Acórdão nº 2.352/2006- Plenário) Obs 5. Mais que um procedimento burocrático, o contato com concessionárias de serviço público ou órgãos públicos, resolvendo eventuais pendências, pode evitar atrasos na execução do contrato, principalmente na sua etapa final.	N	A licença ambiental e alvará de construção serão providenciados e juntados aos autos do processo
21. Foi elaborado o Projeto Executivo (art. 2º, inciso V, e art. 8º, § 7º, da Lei nº 12.462/2011), ou previsto no Projeto Básico que a elaboração desse documento técnico constitui encargo do contratado, consoante preço previamente fixado pela Administração? (art. 36, § 2º, Lei n.º 12.462/2011)	S	Consta no item 7.53 do Projeto Básico. Fl.75
22. Consta dos autos a indicação da fonte de recursos suficientes para a contratação? (art. 4º, inciso V, do Decreto n.º 7.581/2011)	S	Fls. 107-110
23. Caso se trate de criação, expansão ou		

<p>aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa, prevista no art. 16, inciso I, da Lei Complementar n.º 101/2000, e a declaração prevista no art. 16, inciso II, do mesmo diploma?</p> <p><i>Obs. 1: ON AGU 52: “As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000.”</i></p> <p><i>Obs. 2: A Lei Complementar n.º 173, de 2020, alterou o art. 65 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, e, com isso, afastou as exigências previstas no art. 16 da LRF, no que toca às despesas relativas às contratações voltadas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, durante a vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Sendo assim, caso o objeto da licitação seja destinado ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, fica dispensado o cumprimento das exigências do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000.</i></p>	S	Fls. 107-110
<p>24. Tratando-se de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, consta declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual? (art. 4º, inciso VI, do Decreto n.º 7581/2011)</p> <p><i>Obs 1: Caso se trate de licitação destinada ao enfrentamento da situação de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, esta declaração não será exigível, nos termos do art. 65 da Lei Complementar n.º 101, de 2000.</i></p>	S	Fl.98
<p>25. Consta ato de designação da Comissão de Licitação? (art. 4º, inciso XII, do Decreto n.º 7581/2011)</p>	S	Fls. 111-112
<p>25.1 Foi certificado o atendimento das exigências constantes do art. 34, <i>caput</i> da Lei n.º 12.462/2011, c/c o art. 6º, § 1º, do Decreto n.º 7.581/2011?</p>	S	Todos os membros da comissão são servidores efetivos do IFSertão-PE.
<p>26. Há minuta de edital? (art. 4º, inciso X, do Decreto n.º 7.581/2011)</p>	S	Fls. 113-126
<p>26.1 Foi utilizado o modelo padronizado de instrumento convocatório da Advocacia-Geral da União? (art. 4º, inciso II, da Lei n.º 12.462/11 e Enunciado da BPC n.º 6 do Manual de Boas</p>	S	Foi utilizado o modelo atualizado em julho de 2020.

Práticas Consultivas da AGU).		
26.2 Eventuais alterações nos modelos, ou a sua não utilização, foram devidamente justificadas no processo?	S	
27. Nos casos em que o valor da licitação é inferior a R\$80.000,00, houve observância da exclusividade de participação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas equiparadas, ou justificativa da incidência de uma das exceções previstas no art. 10 do Decreto nº 8.538/2015?? (art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, art. 6º do Decreto nº 8.538/2015 e art. 34 da Lei nº 11.488/2007)	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
28. Há justificativa para a aceitação ou a vedação de participação de consórcios (art. 14, parágrafo único, inciso I, da Lei n.º 12.462/2011, art. 51 do Decreto n.º 7.581/2011)?	S	Fl. 104
29. Caso tenha sido autorizada a subcontratação parcial, há justificativa para tanto? (art. 10, Decreto n.º 7581/2011) Obs.1: Os serviços cuja comprovação for exigida por atestados para fins de habilitação não podem ser subcontratados – Acórdãos/TCU/Plenário nº 2679/2018 e 3.144/2011) Obs.2: Registre-se que não é admissível a subcontratação integral.	N	
30. Integram o instrumento convocatório, como anexos: (art. 8º, § 1º e § 2º, do Decreto n.º 7.581/2011):		
30.1 o projeto básico ou executivo, conforme o caso;	S	Fls. 127-143
30.2 as especificações complementares e as normas de execução;	S	Fls. 10-58
30.3 o cronograma físico-financeiro ou de execução, com as etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras;	S	Fl. 171
30.4 caso tenha sido adotado o critério de julgamento por menor preço, consta como anexo do instrumento convocatório planilha com detalhamento dos quantitativos e demais informações necessárias para a elaboração das propostas pelos licitantes? (art. 9º, caput, do Decreto n.º 7.581/2011)	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
30.5 caso tenha sido adotado o critério de julgamento por maior desconto, consta como anexo do instrumento convocatório o	S	Consta no item 17.1 do Anexo I (Projeto básico) do Edital.

orçamento previamente estimado? (art. 9º, § 2º, inciso I, do Decreto n.º 7.581/2011)		Fl. 142.v
31. Consta minuta de contrato como anexo ao edital? (art. 4º, inciso XI, e art. 8º, §1º, inciso II, do Decreto n.º 7581/2011)	S	Fls. 2012-214
31.1 Foi utilizado modelo padronizado de contrato da Advocacia-Geral União? (art. 4, inciso II, da Lei 12462/11 e Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU)	S	Foi utilizado o modelo atualizado em julho de 2020.
31.2 Eventuais alterações nos modelos, ou a sua não utilização, foram devidamente justificadas no processo?	S	

Petrolina-PE, 22 de junho de 2022.

Ebson Alves da Silva

Diretor de engenharia e Infraestrutura – DEInf
IFSertãoPE

Gerson de Alencar Lima

Diretor de Licitações – Dlic
IFSertãoPE